

Proposta de Reajuste Salarial e Auxílio Alimentação 2023 do Governo Federal

I - Salários e Auxílio Alimentação

1 - Propõe-se um reajuste salarial de 7,8% sobre a atual remuneração, a partir de 1º de março de 2023.

2 - Propõe-se um reajuste de 43,6%, referente à variação acumulada do IPCA, de fevereiro/2016 a fevereiro de 2023, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00.

II – Pautas não remuneratórias

1 - O MGI revisará a Portaria nº 10.723, que trata da redistribuição de cargos.

2 - As Instruções Normativas nº 02/2018 e nº

54/2021 serão objeto de diálogo com as entidades;

3.O Governo fará gestão junto ao Congresso Nacional para a retirada da PEC-32/2020;

4.A retomada das Mesas Setoriais está vinculada à revisão do Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal, previsto no Decreto nº 7.674, de 20 de Janeiro de 2012.

III – Tratamento dos pleitos e propostas para 2024

1.Até o mês de maio de 2023 a Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho - SEGRT, apresentará proposta de funcionamento da MNNP, bem como calendário de discussão dos demais itens da pauta de reivindicação dos sindicatos.

Fonte: OFÍCIO SEI Nº 4410/2023/MGI

NOTA DA FASUBRA

FASUBRA ANALISA PROPOSTA DE REAJUSTE DO GOVERNO

A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical se reuniu na sexta-feira (17/2) para avaliar a proposta do governo e discutir uma contraproposta. Na avaliação da DN, o percentual destinado à recomposição salarial e pagamento de benefícios é insuficiente para atender o período de perdas das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal. A DN entende que é necessário que o governo disponibilize mais recursos para complementar o orçamento e para que seja possível atender às reivindicações das categorias do Executivo.

A DN avalia, também, que é importante que o governo recomponha o valor dos benefícios (alimentação, auxílio pré-escolar e saúde) fora desse montante, já que, em análise preliminar, o FONASEFE considera questionável a utilização dos valores disponibilizados para a recomposição salarial no reajuste destes benefícios. Diante disto, solicitaremos que o Governo busque orçamento de outras rubricas para aumentar os auxílios, de modo a melhorar o percentual do reajuste da remuneração, recompondo, de forma paritária, ativos e aposentados.

A DN FASUBRA participará hoje, da reunião com o governo sobre a portaria 10723 e espera que seja apresentada a revogação desta portaria, bem como a proposta de revogação de decretos, portarias, instruções normativas e outras medidas que prejudicam as trabalhadoras e os trabalhadores do serviço público.

Além disso, a FASUBRA Sindical encaminhará ao governo, em conjunto com as entidades que compõem

o FONASEFE, um ofício em resposta aos três pontos de pauta que não foram atendidos: o percentual de recomposição emergencial de 26,94%, conforme a proposta encaminhada em janeiro; a abertura das mesas específicas e o revogação. A Federação solicitará, ainda, os dados das folhas de pagamento e dos benefícios, bem como o montante financeiro previsto em cada item da proposta, de forma a subsidiar um estudo mais aprofundado.

A DN enviará novos ofícios ao MEC reforçando a solicitação de audiência com o ministro da educação e, também, à Secretaria da SESU, para tratar das demandas específicas da categoria.

A DN orienta as entidades de base a realizarem rodadas de assembleias para discutirem a contraproposta do governo e encaminharem suas análises à Federação para a próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que ocorrerá no dia 28 de fevereiro. Também orienta as entidades que pressionem os parlamentares em seus estados, para que eles busquem mais recursos junto ao governo sobre o montante orçamentário necessário para o atendimento das reivindicações. Além disso, que realizem uma vigília no dia 28/02 nos estados, em conjunto com as demais entidades dos SPF, para acompanhar a segunda rodada de negociações.

A Direção Nacional da FASUBRA entende que, neste momento é necessário unidade da categoria dos TAEs, para que possamos conquistar as nossas reivindicações.

Ofício nº. 009/ASSUFOP/2023
Ouro Preto, 14 de fevereiro de 2023.

Sra. Cláudia Aparecida Marlière de Lima
Magnífica Reitora da UFOP

Prezada Reitora,

SINDICATO ASSUFOP, entidade representativa dos técnico-administrativos em educação – TAE's da UFOP, por intermédio de seu presidente, expõe e requer o que se segue.

A partir das reuniões setoriais realizadas no ano de 2022, das demandas que chegam diariamente ao sindicato ASSUFOP e da reunião realizada como os TAE's que representam a categoria nos conselhos da Universidade, chegou-se a uma listagem de questões que interessam aos TAE's e que submetemos para apreciação, resolução e comunicação aos servidores.

Inicialmente cumpre ressaltar que se nota clara ausência de uma política de gestão e capacitação dos TAE's da UFOP. Isto acaba gerando uma série de consequências danosas à categoria, conforme abaixo listadas.

1 – Precarização da carreira TAE e acúmulo de atribuições em razão de ausência de pessoal.

2 – Falta de normatização de política para capacitação e outros afastamentos descritos em lei, em especial de maneira a possibilitar licença dos servidores TAE's.

3 – Ausência de regulamentação e incentivo dos TAE's na participação nos projetos de extensão.

4 – Entendimento restritivo acerca de direitos previstos na Lei nº. 11.091/2005, em especial o Incentivo à Qualificação (Área de conhecimento com relação direta/indireta) e Progressão por Capacitação Profissional (possibilidade de ascensão ao nível IV sem a necessidade de aguardar os anteriores).

5 – Formulação de um programa de saúde do servidor, com acompanhamento constante e exames periódicos.

6 – Agilidade na análise e deferimento dos pedidos de adesão ao programa de gestão e desenvolvimento/teletrabalho.

7 – Criação de um calendário permanente de cursos de capacitação e qualificação para os TAE's.

8 – Dimensionamento da força de trabalho e definição das atribuições funcionais dos TAE's, com ciência para os docentes.

9 – Imposição de limitações para a flexibilização da jornada de trabalho, em especial dos TAE's em desvio de função em razão da extinção dos cargos.

10 – Avanço do processo de terceirização das funções administrativas na UFOP, seja através da contratação de trabalhadores terceirizados ou com a contratação de bolsistas discentes.

11 – Precariedade das instalações físicas dos prédios da UFOP, ausência de laudo de segurança dos mesmos e inexistência de treinamento de equipes de combate à incêndio e evacuação de prédios.

12 – Desvalorização dos TAE's da UFOP, representada especialmente na ausência de Pró-Reitores da categoria.


13 – Criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, prevista na Norma Regulamentadora 5, do Ministério do Trabalho e recomposição das Comissão Institucional de Segurança Ocupacional e Laboratorial – CISOL.

14 – Realização de concurso público para os cargos da carreira TAE, ainda no primeiro semestre de 2023.

15 – Mapeamento de aposentadorias futuras e solução para os servidores ocupantes dos cargos em extinção.

Por fim, caso necessário, gostaríamos de agendar reunião para explicação de cada um dos pontos elencados.

Atenciosamente,



Gabriel Lima de Souza
Presidente do Sindicato ASSUFOP